NOTAS EXPLICATIVAS DO EXERCÍCIO DE 2025

A Agência Reguladora dos Serviços de Saneamento das Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiai – CNPJ 13.750.681/0001-57, localizada na Avenida Paulista, nº 633, Jardim Santana, CEP 13.478-580, em Americana - SP, é um consórcio público de direito público responsável pela regulação e fiscalização dos serviços de saneamento básico nos Municípios consorciados e conveniados. Criada para atender as exigências da Lei federal nº 11.445/2007 (Diretrizes Nacionais para o Saneamento Básico).

1. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis são de responsabilidade da administração da ARES-PCJ e foram elaboradas em conformidade com os dispositivos da Lei nº 4.320/64, que instituiu normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal; da Lei Complementar nº 101/2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal; das disposições do Conselho Federal de Contabilidade relativas às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC TSP); do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP); Instruções de Procedimentos Contábeis, observando as regras definidas pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo; e demais disposições normativas vigentes.

As demonstrações Contábeis foram estruturadas de acordo com as exigências e padronizações estabelecidas pelo Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo e são compostas por:

- Balanço Patrimonial (BP)
- Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);
- Balanço Orçamentário (BO);
- Balanço Financeiro (BF);
- Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC);
- Notas Explicativas.

A Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido não está sendo apresentada devido à prerrogativa concedida pelo MCASP da apresentação não ser obrigatória.

As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Diretoria e autorizada a sua divulgação em 26 de fevereiro de 2026.

2. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As receitas são provenientes da taxa de regulação e fiscalização, com base na cláusula 68ª do Protocolo de Intenções da ARES-PCJ.

A Taxa de Regulação e Fiscalização tem como fato gerador o desempenho das atividades de regulação e fiscalização da prestação dos serviços públicos de saneamento básico, delegadas pelos municípios associados, tendo como sujeitos passivos os prestadores desses serviços.

As demonstrações contábeis foram reconhecidas em função do seu fato gerador adotando assim o regime de competência. Quanto ao balanço orçamentário, as receitas e despesas orçamentárias foram reconhecidas com base no artigo 35 da Lei 4.320/64, sendo as receitas reconhecidas no momento da arrecadação e as Despesas reconhecidas no momento do empenho.

A Entidade mantém seus ativos avaliados ao custo, e as taxas de depreciação são aplicadas considerando a vida útil e o valor residual de cada bem, de acordo com a metodologia e parametrização do sistema de ativo considerando a realidade da Agência Reguladora.

3. BALANÇO PATRIMONIAL

O Balanço Patrimonial evidencia a situação patrimonial da ARES-PCJ em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 e demonstra os ativos e passivos no final do exercício, possibilitando conhecer, qualitativa e quantitativamente, a composição dos bens e direitos (ativos), das obrigações (passivos) e dos resultados acumulados da gestão patrimonial ao longo de vários exercícios (patrimônio líquido).

O Balanço Patrimonial, em conformidade com as NBCTSP, é composto por cinco grandes grupos, quais sejam:

- Ativo Circulante;
- Ativo Não Circulante;
- Passivo Circulante;
- Passivo Não Circulante; e
- Patrimônio Líquido.

3.1. Ativo Circulante

O Ativo Circulante, de curto prazo, que engloba os elementos patrimoniais disponíveis para

realização imediata ou com expectativa de realização até o término do exercício seguinte.

Os recursos disponíveis registrados na conta "Caixa e equivalentes de caixa" alcançaram no final do exercício de 2025 a soma de R$ 32.143.613,66 (trinta e dois milhões, cento e quarenta e três mil, seiscentos e treze reais e sessenta e seis centavos).

Descrição	31/12/2025	31/12/2024	Diferença
Caixa e Equivalentes de Caixa	R$ 32.143.613,66	R$ 25.037.635,33	R$ 7.105.978,33

3.2. Ativo Não Circulante

3.2.1. Ativo realizável a longo prazo

Compreendem os direitos a receber a longo prazo como créditos da dívida ativa de Taxa de Regulação e Fiscalização e processos de auto de infração, acrescidos das atualizações e correções monetárias de acordo com a legislação de cada Município em seus respectivos limites territoriais, conforme determina as cláusulas 72 e 73 do Protocolo de Intenções da ARES-PCJ. Direitos a longo prazo, também abrange investimentos a longo prazo e outros créditos a receber a longo prazo.

No exercício de 2025 o realizável a longo prazo apresentou uma redução de 28% quando comparado com o exercício anterior. A redução decorre, principalmente, do recebimento de créditos inscritos em dívida ativa ao longo do exercício e da menor inscrição de novos créditos em situação de inadimplência no período.

Descrição	31/12/2025	31/12/2024	Diferença
Realizável a Longo Prazo	R$ 1.126.344,10	R$ 1.570.028,95	-R$ 443.684,85

A composição deste item compreende os valores a receber referente a dívida ativa das taxas de regulação e fiscalização de água e esgoto, resíduos sólidos e penalidades aplicadas aos prestadores, investimentos a longo prazo e outros créditos a longo prazo.

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Ativo Realizável a Longo Prazo	**R$ 1.126.344,10**	**R$ 1.570.028,95**
Dívida Ativa	R$ 900.645,64	R$ 1.511.134,29
Investimentos a Longo Prazo	R$ 166.803,80	-
Outros Créditos a Longo Prazo	R$ 58.894,66	R$ 58.894,66

Os créditos da Dívida Ativa Tributária referem-se aos valores a receber provenientes das taxas de regulação e fiscalização de água, esgoto e resíduos sólidos. Já os créditos da Dívida Ativa Não-Tributária correspondem aos valores a receber decorrentes de penalidades aplicadas aos prestadores de serviços. Sua movimentação no ano de 2025 é apresentada abaixo:

Descrição	31/12/2024	Recebimentos	Lançamentos	Atualizações/ Ajustes	31/12/2025
Dívida Ativa	**R$ 1.511.134,29**	**R$ 983.883,80**	**R$ 312.008,87**	**R$ 61.386,28**	**R$ 900.645,64**
Dívida Ativa Tributária	R$ 1.132.773,32	R$ 983.883,80	R$ 312.008,87	R$ 24.415,48	R$ 485.313,87
Dívida Ativa Não-tributária	R$ 378.360,97	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 36.970,80	R$ 415.331,77

Os Investimentos a Longo Prazo demonstrados são compostos por dois títulos de capitalização adquiridos como garantia locatícia dos escritórios regionais de Ribeirão Preto e São José do Rio Preto, conforme contratos de aluguéis firmados em 09 de abril e em 25 de abril de 2025 e cujas vigências dos títulos vão até 09 de abril de 2027 e 29 de abril de 2027, respectivamente.

A conta "Outros Créditos a Longo Prazo" refere-se a um depósito judicial resultante de multa imposta a um prestador de serviços, conforme o Processo nº 1003823-09.2022.8.26.0320. Vale destacar que, na remota possibilidade de o prestador sair vitorioso na ação, não haverá qualquer ônus para a ARES-PCJ.

3.2.2. Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis e estão devidamente catalogados no patrimônio da ARES-PCJ e com a identificação de plaquetas numeradas. A Entidade mantém seus ativos avaliados ao custo, e as taxas de depreciação são aplicadas considerando a vida útil e o valor residual de cada bem, de acordo com a metodologia e parametrização do sistema de ativo considerando a realidade da Agência Reguladora, sendo as taxas atualmente utilizadas de 10% para bens móveis e 4% para edificações.

No terceiro quadrimestre de 2025, a Entidade realizou o teste de recuperabilidade dos ativos (impairment) para os bens imóveis (edifícios), utilizando como procedimento a comparação com valores de mercado do metro quadrado de imóveis com características semelhantes. O resultado evidenciou que não há indicação de perda de valor recuperável a ser reconhecida na contabilidade. O teste foi aplicado aos bens imóveis por representarem ativos com maior materialidade e potencial risco de perda, não tendo sido identificados indícios que justificassem sua aplicação aos bens móveis e terrenos no exercício.

Contas	31/12/2025	31/12/2024
Imobilizado	**R$ 6.558.006,90**	**R$ 5.882.070,85**
Bens Móveis	**R$ 2.709.314,32**	**R$ 1.669.015,42**
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos E Ferramentas	R$ 308.382,46	R$ 292.350,46
Bens De Informática	R$ 561.621,64	R$ 440.284,74
Móveis E Utensílios	R$ 434.591,19	R$ 418.931,19
Materiais Culturais, Educacionais E De Comunicação	R$ 204.309,03	R$ 137.839,03
Veículos	R$ 1.198.060,00	R$ 377.260,00
Demais Bens Móveis	R$ 2.350,00	R$ 2.350,00
Bens Imóveis	**R$ 6.042.135,18**	**R$ 6.042.135,18**
(-) Depreciação, Exaustão E Amortização Acumuladas	**R$ 2.193.442,60**	**R$ 1.829.079,75**

3.2.3. Depreciação Acumulada

Os bens patrimoniais são reconhecidos, inicialmente, com base no valor de aquisição e ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão no percentual definido de acordo com sua vida útil, preservando o valor residual, na ordem de 10% para bens móveis e 4% para edificações. As depreciações no exercício de 2025 foram na ordem de R$ 364.362,85.

Contas	31/12/2025	31/12/2024	Diferença
(-) Depreciação, Exaustão E Amortização Acumuladas - Consolidação	**R$ 2.193.442,60**	**R$ 1.829.079,75**	**R$ 364.362,85**
(-) Depreciação Acumulada - Bens Móveis	**R$ 1.106.562,06**	**R$ 906.283,85**	**R$ 200.278,21**
(-) Depreciação Acumulada De Máquinas, Aparelhos, Equipamentos E Ferramentas	R$ 178.437,80	R$ 151.985,82	R$ 26.451,98
(-) Depreciação Acumulada De Bens De Informática	R$ 190.153,69	R$ 148.692,25	R$ 41.461,44
(-) Depreciação Acumulada De Móveis E Utensílios	R$ 287.977,18	R$ 248.683,81	R$ 39.293,37
(-) Depreciação Acumulada De Materiais Culturais, Educacionais E De Comunicação	R$ 65.852,90	R$ 52.235,30	R$ 13.617,60
(-) Depreciação Acumulada De Veículos	R$ 381.869,21	R$ 302.650,35	R$ 79.218,86
(-) Depreciação Acumulada De Demais Bens Móveis	R$ 2.271,28	R$ 2.036,32	R$ 234,96
(-) Depreciação Acumulada - Bens Imóveis	**R$ 1.086.880,54**	**R$ 922.795,90**	**R$ 164.084,64**

3.3. Passivo Circulante

Referem-se aos valores dos compromissos assumidos com terceiros a serem saldados no exercício

seguinte, com as seguintes descrições:

- Obrigações Trabalhistas, Previdenciária e Assistenciais;
- Obrigações com fornecedores; e
- Demais obrigações a curto prazo.

Contas	31/12/2025	31/12/2024
Passivo Circulante	**R$ 1.272.710,25**	**R$ 1.003.233,70**
Obrigações Trabalhistas, Previdenciária e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo	R$ 1.054.231,54	R$ 903.327,43
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	R$ 163.220,14	R$ 69.790,75
Obrigações Fiscais a Curto Prazo	R$ 12.721,03	-
Demais Obrigações a Curto Prazo	R$ 42.537,54	R$ 30.115,52

A conta "Obrigações Trabalhistas, Previdenciária e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo" refere-se a valores contabilizados com provisões de férias e desembolsos previstos com obrigações patronais. Já a conta "Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo" representa as obrigações financeiras da entidade com terceiros que lhe fornecem bens ou prestam serviços. E as "Demais Obrigações a Curto Prazo" compreendem os valores retidos de contribuição ao RGPS e ISS.

3.4. Patrimônio Líquido

O Patrimônio Líquido sofre variações em decorrência dos resultados apurados anualmente e, é composto pelas contas patrimônio social, resultado do exercício e o resultado de exercícios anteriores.

O Resultado do Exercício evidenciado através das variações patrimoniais aumentativas e diminutivas, foi positivo na ordem de R$ 7.076.351,90, que somado ao resultado dos exercícios anteriores totalizam o Patrimônio Líquido de R$ 38.562.853,33.

Contas	31/12/2025	31/12/2024
Patrimônio Líquido	**R$ 38.562.853,33**	**R$ 31.486.501,43**
Patrimônio Social e Capital Social	R$ 2.766.601,85	R$ 2.766.601,85
Resultado do Exercício	R$ 7.076.351,90	R$ 7.410.922,16
Resultado de Exercícios Anteriores	R$ 28.719.899,58	R$ 21.308.977,42

4. DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS (DVP)

A Demonstração das Variações Patrimoniais evidencia as alterações verificadas no patrimônio,

resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indica o resultado patrimonial do exercício.

As Demonstrações das Variações Patrimoniais (DVP) demonstram os lançamentos realizados nos grupos de "Variações Patrimoniais Diminutivas" e "Variações Patrimoniais Aumentativas" e demonstram as variações quantitativas no patrimônio da entidade. Dessa forma, o resultado patrimonial do período é apurado pelo confronto entre as variações patrimoniais quantitativas aumentativas e diminutivas. Segue abaixo o Resultado obtido no exercício de 2025:

Contas	Exercício 2025
(+) Variações Aumentativas	**R$ 24.350.236,29**
(+) Impostos Taxas e Contribuições de Melhoria	R$ 20.112.091,70
(+) Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	R$ 3.891.389,68
(+) Juros e Encargos de Mora	R$ 106.250,73
(+) Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	R$ 240.504,18
(-) Variações Diminutivas	**-R$ 17.273.884,39**
(-) Pessoal e Encargos	-R$ 9.437.796,04
(-) Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	-R$ 7.713.964,12
(-) Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-R$ 92,43
(-) Transferências e Delegações Concedidas	-R$22.897,97
(-) Tributárias	-R$ 75.756,32
(-) Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	-R$ 23.377,51
(=) Resultado Patrimonial do Período	**R$ 7.076.351,90**

Esse demonstrativo apresenta um Resumo Patrimonial do exercício de 2025, demonstrando as variações aumentativas e variações diminutivas, resultando no saldo patrimonial do período.

Nas variações patrimoniais aumentativas, os valores mais representativos estão na rubrica de "Impostos Taxas e Contribuições de Melhoria" e referem-se às receitas de Taxa de Regulação e Fiscalização de água, esgoto e resíduos sólidos bem como às retenções de imposto de renda, sendo estas últimas ingressos de natureza orçamentária específica, devidamente classificada conforme o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público. Outro item de destaque foi a Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras do disponível da ARES-PCJ no exercício de 2025.

Já o item outras variações patrimoniais aumentativas representa os valores decorrentes da aplicação de multas por não conformidades dos prestadores de serviços, apuradas nos processos de fiscalização em sua maior parte, seguido de ajustes de taxa de regulação e fiscalização em dívida ativa e restituição.

Em relação às variações patrimoniais diminutivas, o maior impacto refere-se aos gastos com

Pessoal e Encargos, sendo divididos em gastos com Remuneração de Pessoal e benefícios e encargos patronais.

Outro impacto diminutivo são os Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo que se trata de valores contabilizados com Material de consumo, serviços, depreciação, amortização e exaustão. O valor de outras variações patrimoniais diminutivas refere-se a ajustes de taxa de regulação e fiscalização em dívida ativa.

5. BALANÇO ORÇAMENTÁRIO (BO)

O Balanço orçamentário demonstra as receitas previstas em confronto com as realizadas e as diferenças apuradas, assim como as despesas previstas, executadas e as diferenças apuradas. O Balanço Orçamentário da ARES-PCJ evidencia a execução do orçamento para o exercício de 2025.

5.1. Execução Orçamentária da Receita

A previsão inicial da receita em 2025 foi de R$ 22.000.000,00 (vinte e dois milhões de reais) e foram arrecadados R$ 24.937.347,43 (vinte e quatro milhões, novecentos e trinta e sete mil, trezentos e quarenta e sete reais e sessenta e três centavos), ou seja, R$ 2.937.347,43 (dois milhões, novecentos e trinta e sete mil, trezentos e quarenta e sete reais e quarenta e três centavos) a mais do que o previsto. Contribuíram para esse resultado os valores arrecados com as receitas de taxa de regulação, retenções de imposto de renda, aplicações de penalidades aos prestadores e remunerações de depósitos bancários e aplicações financeiras.

5.2. Execução Orçamentária da Despesa

A despesa fixada para o exercício de 2025 foi de R$ 22.000.000,00 (vinte e dois milhões de reais). As despesas executadas, ou seja, empenhadas foram no montante de R$ 17.905.919,95 (dezessete milhões, novecentos e cinco mil, novecentos e dezenove reais e noventa e cinco centavos), o que resultou em uma economia de despesa em relação a despesa fixada no valor de R$ 4.094.080,05 (quatro milhões, noventa e quatro mil e oitenta reais e cinco centavos).

5.3. Resultado da Execução Orçamentária

O resultado da execução orçamentária apurado no exercício de 2025, na apuração entre a receita arrecadada e despesa empenhada, foi um superávit de R$ 7.031.427,28 (sete milhões, trinta e um

mil, quatrocentos e vinte e sete reais e vinte e oito centavos).

5.4. Restos a Pagar

O valor total dos restos a pagar inscritos no exercício de 2025 foi de R$ R$ 1.559.749,66 (um milhão, quinhentos e cinquenta e nove mil, setecentos e quarenta e nove reais e sessenta e seis centavos). Dos valores escritos, R$ R$ 1.195.679,60 (um milhão, cento e noventa e cinco mil, seiscentos e setenta e nove reais e sessenta centavos) trata-se de restos a pagar não processados e R$ 364.070,06 (trezentos e sessenta e quatro mil e setenta reais e seis centavos) de restos a pagar processados.

6. BALANÇO FINANCEIRO (BF)

O Balanço Financeiro demonstra a receita e a despesa orçamentária bem como os recebimentos e os pagamentos de natureza extraorçamentária, conjugados com os saldos em espécies provenientes do exercício anterior, e os que se transferem para o exercício seguinte.

Descrição	31/12/2025
(+) Saldo em espécie do exercício anterior	R$ 25.037.635,33
(+) Receitas orçamentárias	R$ 24.937.347,43
(+) Recebimentos extraorçamentárias	R$ 4.518.414,68
(-) Despesas orçamentárias	-R$ 17.905.919,95
(-) Pagamentos extraorçamentários	-R$ 4.443.863,83
(=) Saldo em espécie para o exercício seguinte	R$ 32.143.613,66

Conforme tabela acima, no exercício de 2025 o Balanço Financeiro da ARES-PCJ apresentou o saldo de R$ 32.143.613,66 (trinta e dois milhões, centro e quarenta e três mil, seiscentos e treze reais e sessenta e seis centavos).

7. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (DFC) - MÉTODO DIRETO

A Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) apresenta as entradas e saídas de caixa e as classifica em fluxos operacional, de investimento e de financiamento. A informação dos fluxos de caixa permite aos usuários avaliar como a entidade do setor público obteve recursos para financiar suas atividades e a maneira como os recursos de caixa foram utilizados. Tais informações são úteis para

fornecer aos usuários das demonstrações contábeis informações para prestação de contas e responsabilização (accountability) e tomada de decisão.

O fluxo de caixa das atividades da ARES-PCJ teve o valor de ingresso na ordem de R$ 27.896.012,45 (vinte e sete milhões, oitocentos e noventa e seis mil, doze reais e oitenta e um centavos).

Já os desembolsos foram no valor de R$ 20.790.034,12 (vinte milhões, setecentos e noventa mil, trinta e quatro reais e doze centavos) destinado preponderantemente para pagamento de pessoal e despesas de custeio da Agência, gerando um fluxo de caixa líquido de R$ 7.105.978,33 (sete milhões, centro e cinco mil, novecentos e setenta e oito reais e trinta e três centavos).

Americana, 26 de fevereiro de 2026.

LUCAS CANDIDO DOS SANTOS
Contador - ARES-PCJ - CRC 1SP279588/0-2

DALTO FÉVERO BROCHI
Diretor Geral da ARES-PCJ